

## O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL (1500-1996)

Marcos Adriano Barbosa de Novaes<sup>1</sup>

Jarles Lopes de Medeiros<sup>2</sup>

Ana Maria Oliveira Silva<sup>3</sup>

### Resumo

O presente trabalho procura traçar a trajetória do surgimento do ensino superior no Brasil até o final do século XX, com foco na acessibilidade a essa categoria de ensino por parte da população brasileira. Em uma perspectiva histórica, buscou apontar com base em determinados autores, que serão elencados ao longo do trabalho, como o ensino superior no Brasil ao longo de sua história, mesmo passando por diversas transformações dentre elas uma significativa expansão em número de instituições e oferta de vagas, mantém um caráter elitista e excludente provenientes de sua criação.

**Palavras-Chave:** História da Educação Superior Brasileira. Acesso ao Ensino Superior. Políticas Educacionais.

## ACCESS TO HIGHER EDUCATION IN BRAZIL (1500-1996)

### Abstract

The presente work seeks to trace the trajectory of the emergence of higher education in Brazil until the end of the 20th century, focus in on the accessibility to this category of education by the Brazilian population. In a historical perspective, I would like to point out, base on certain authors, that will be listed through out the work, such as higher education in Brazil through out its history, even going through several transformations among them a significant expansion in number of institutions and offer of vacancies, maintains an elitist and excluding character from its creation.

**Keywords:** History of Brazilian. Higher education. Access to higher education. Educational Policies.

## INTRODUÇÃO

*Duas características importantes marcam o desenvolvimento do ensino superior no Brasil. O primeiro é seu caráter tardio, pois*

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação na Universidade Estadual do Ceará - UECE. E-mail: marcos.educare@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Educação Brasileira na Universidade Federal do Ceará - UFC. E-mail: jarles@hotmail.com

<sup>3</sup> Graduada em História na Universidade Estadual do Ceará - UECE. E-mail: jarleslopes@yahoo.com.br

*as primeiras instituições de ensino superior são criadas apenas em 1808 e as primeiras universidades são ainda mais recentes (...). O segundo (...) é o desenvolvimento precoce de um poderoso sistema de ensino privado paralelo ao setor público. (DURHAN, 2003, p.1)*

Através da problematização desses dois aspectos básicos e peculiares ao ensino superior brasileiro, este trabalho visa traçar a trajetória do surgimento do ensino superior no Brasil até o final do século XX, com ênfase no acesso a tal nível de ensino por parte da população brasileira, sobretudo a classe trabalhadora.

Em uma perspectiva histórica, buscou-se apontar como o ensino superior no Brasil vem atravessando diversas transformações, dentre elas uma significativa expansão em número de instituições e oferta de vagas. Não obstante, mantém um caráter elitista e excludente provenientes desde a sua criação.

Ao longo do trabalho, são suscitadas inúmeras reflexões e apontados elementos que caracterizam o cenário do ensino superior brasileiro, dentre eles os que corroboram a assertiva anterior: como os mais diferentes governos se portaram a respeito do ensino superior brasileiro; os interesses por trás dos investimentos neste nível educacional ou a falta dele; e, sobretudo, a ausência de uma política educacional eficiente que garantisse, de fato, a democratização do ensino superior no Brasil, que permaneceu, até o final do século XX, como um privilégio de poucos.

## **O SURGIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

Diferentemente do que ocorreu em outras terras colonizadas, ao exemplo da América Hispânica, onde as primeiras universidades foram criadas ainda no século XVI, durante o início de sua colonização, no Brasil, a criação de instituições de ensino superior não foi preocupação dos portugueses, uma vez que não se criou nenhuma durante o período colonial.

Segundo Durham (2003), “[...] a política da coroa portuguesa sempre foi a de impedir a formação de quadros intelectuais nas colônias, concentrando na Metrópole a formação de nível superior” (p.3). Dessa maneira, Portugal monopolizava a esfera de ensino, restringindo o acesso à universidade apenas àqueles pertencentes às famílias mais abastadas, dispostos a prosseguir seus estudos fora do Brasil. Os destinos dos estudantes era as universidades europeias, sobretudo Coimbra, em

Portugal.

Até mesmo a iniciativa dos Jesuítas de montar seminários na colônia portuguesa para a formação de padres, foi combatida pela coroa através da expulsão da Companhia de Jesus pelo Marquês de Pombal no século XVIII. Acerca de tais atitudes, Santos e Cerqueira (2009) destacam que:

Para Portugal a aventura em terras brasileiras, na Colônia, se assemelhava ao investimento numa empresa, unicamente, voltada para a exploração e a esse fim manteve-se fiel. Para a Coroa Portuguesa não interessava a criação de instituições de ensino, muito menos universidades [...] (p.3).

Assim, podemos observar que Portugal não permitiu a formação de uma autonomia intelectual na colônia, nem mesmo religiosa. Interessava manter a colônia extremamente dependente da metrópole, e o desenvolvimento de uma elite intelectual vinha de encontro a essas pretensões.

Durante o Período Colonial, podemos dizer que o ensino superior era restrito a uma pequena parcela da população pertencente à elite, entretanto, existiam exceções. Alguns poucos jovens que não pertenciam ao grupo puderam cursar o ensino superior através do ingresso na carreira religiosa, apoiados pelos padres, e os seus estudos eram custeados pela igreja.

Apenas no ano de 1808 que surgiram as primeiras instituições de ensino superior no Brasil, com a vinda da família real portuguesa para o país, motivada pelas ameaças de invasão ao território português pelas tropas napoleônicas.

Foram fundadas no mesmo ano da chegada do rei português (então regente do trono), três escolas, a de Cirurgia e Anatomia da Bahia (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia) e de Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a Academia de Guarda da Marinha, também no Rio (DURHAN, 2003, p.3).

Durhan (2003) aponta que dois anos após a chegada da coroa portuguesa, “[...] foi fundada a Academia Real Militar, que se transformou em Escola Central, depois Escola Politécnica (hoje Escola Nacional de Engenharia da UFRJ)” (p.3). Porém, apesar da criação destas instituições de ensino superior, permanece o desinteresse por parte da coroa em fundar uma universidade no território.

O recente interesse do governo nesse campo de ensino estava vinculado

diretamente às necessidades em suprir a carência de profissionais (advogados, engenheiros e médicos) para assumirem funções no aparelho do Estado que estava se buscando formar. Sendo que os cursos foram restritos a elite portuguesa que desembarcou na colônia junto ao Rei em 1808.

Podemos observar claramente o desinteresse por parte do Império a respeito não só da educação superior, mas da educação em geral, quando atentamos para o fato de que a primeira Constituição do Brasil, promulgada em 1824, relegou apenas dois parágrafos, em um único artigo, para tratar da educação no recente Império. Sendo que um destes artigos estabelece o ensino primário como gratuito e direito de todos, algo que não foi posto em prática durante o aquele período, pois grande parte da população não tinha acesso ao mesmo. O artigo em questão demonstra as aspirações liberais da constituição brasileira.

O parágrafo que trata do ensino superior na supracitada Carta Magna diz respeito aos "Colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas letras e artes" (art. 179, § 33). Cabe salientar que a primeira universidade foi criada apenas na década de 1920, ou seja, anos depois do fim do Império.

Assim, a Constituição trata de instituições inexistentes, não se referindo a qualquer iniciativa que visa a criar universidades ou mesmo trata da ampliação das instituições presentes no território de ensino superior. O documento também não faz qualquer referência à ampliação da oferta de cursos superiores, que naquele momento se encontravam limitados à formação de profissionais liberais, contemplando apenas três cursos: Direito, Engenharia e Medicina.

Com base nos fatos relatados, podemos concluir que durante todo o Império o ensino superior no Brasil esteve a serviço da elite e das necessidades governamentais, uma vez que ofertou apenas os cursos supracitados, contando com poucas instituições de ensino e tendo seu acesso restrito às camadas mais abastadas da população, caracterizando o seu caráter excludente e centralizador.

Devemos frisar que no Brasil, ao contrário dos territórios colonizados pelos espanhóis, a educação superior não foi entregue integralmente à Igreja Católica, embora profundamente influenciada por ela. A educação superior foi gerida pelo Império, que proibiu o surgimento de qualquer instituição que não estivesse sobre sua tutela, incluindo, desta forma, as instituições confessionais.

Segundo Durham (2003), manter a Igreja longe do ensino superior era uma

tradição portuguesa que o império manteve ao longo do século XIX. Tal medida garantia o monopólio da educação superior à corte, obedecendo aos seus interesses políticos. Ao final daquele período, havia apenas 24 escolas de ensino superior no Brasil, todas elas criadas a partir de iniciativas do rei e independentes da Igreja Católica.

### **DA DIVERSIFICAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR À CRIAÇÃO DA PRIMEIRA UNIVERSIDADE BRASILEIRA (1889-1930)**

Com o advento da proclamação da República em 1889, o ensino superior passou por um processo de descentralização e expansão. A constituição de 1891 permitiu a criação de novas instituições, sendo elas públicas (municipais e estaduais) ou de iniciativa privada. Este documento também permitiu o surgimento de instituições de cunho confessionais.

Entre 1889 e 1918 foram criadas no Brasil 56 novas escolas superiores, a grande maioria privada. Era assim dividido o cenário da educação naquele momento: de um lado, instituições católicas, empenhadas em oferecer uma alternativa confessional ao ensino público, e, de outra, iniciativas de elites locais que buscavam dotar seus estados de estabelecimentos de ensino superior. (DURHAM, 2003, p.05).

Podemos observar como o cenário educacional brasileiro se alterou profundamente com o advento da República. A partir deste período o ensino superior brasileiro passa a contar com dezenas de novas instituições: públicas e privadas, confessionais e leigas. Assim, podemos vislumbrar que data deste período a diversificação do ensino superior presente até os dias atuais, sendo que essa diversificação contrastava ao modelo único e centralizador do império.

Deve ser destacado que, ao passo que a Constituição permitiu a abertura de instituições de ensino superior confessional, ela garantiu em seu texto a laicidade em todas as graus no ensino público, ao dispor que seria "[...] leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos" (art. 72, § 6º). Ou seja, marca a separação entre o Estado e a Igreja no âmbito educacional. Embora a influência católica sobre o ensino no Brasil não tenha sido eliminada, a separação é uma forte característica do liberalismo, que não havia sido abordada na constituição anterior.

É importante salientar que apesar do considerável aumento das instituições

de ensino superior no Brasil e a descentralização do ensino superior, “Durante toda a Primeira República (1889-1930), continuou a prevalecer o modelo de escolas autônomas para a formação de profissionais liberais. [...]”. (DURHAM, 2003, p.05).

Manteve-se, assim, o mesmo modelo educacional presente no Império, com cursos voltados à elite, destinados a suprir a carência em cargos governamentais e a inexistência de universidades. Sobre as universidades, Durham (2003) aponta para a existência de dezenas de projetos pedindo a criação dessas instituições no Brasil, sendo que os primeiros projetos datam do Período Colonial e se estendem ao longo da primeira república, dentre eles o pedido dos Jesuítas em 1592 e o pedido dos inconfidentes em 1789. Apesar disso, todos eles foram ignorados pelo governo vigente.

Nota-se o desinteresse por parte do governo desde o Período Colonial até a Primeira República com a educação superior brasileira, mantendo apenas os cursos necessários à própria necessidade governamental e servindo aos filhos da elite social e econômica brasileira, os únicos a terem acesso àquele grau de ensino. Apenas na década de 1920 foram criadas as primeiras universidades no país, em um processo que Durham (2003) chama de “movimento de modernização do ensino”. Na perspectiva da autora:

A década de 20 presenciou um grande movimento de modernização do país. Ao lado da urbanização e de transformações econômicas que decorreram da industrialização, houve uma verdadeira renovação cultural. Esse movimento modernizador atingiu também a educação e uma plêiade de educadores propôs, e em parte realizou, profundas reformas em todos os níveis de ensino. (DURHAM, 2003, p.5-6)

A respeito das reformas no âmbito do ensino superior, a autora aponta que:

O que se propunha era bem mais que a simples criação de uma universidade: era a ampla reforma de todo o sistema de ensino superior, substituindo as escolas autônomas por grandes universidades, com espaço para o desenvolvimento das ciências básicas e da pesquisa, além da formação profissional. (DURHAM, 2003, p. 6).

Essas instituições, ainda segundo as propostas, deveriam ser públicas e não podiam ser confessionais. Dessa reforma, não foi efetivada durante a Primeira República, mas foram apropriadas pelo Governo de Vargas (1930-1945), sendo debatidas, reformuladas e negociadas de acordo com os diversos interesses políticos,

econômicos e sociais presentes no referido governo e nos interessados na reforma, dentre eles a elite católica conservadora e os intelectuais liberais.

## **O GOVERNO VARGAS E A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR**

A Igreja Católica que já detinha várias instituições confessionais no país na década de 1930. Durante o processo de discussão da reforma do ensino superior, buscava-se “[...] estabelecer no Brasil uma hegemonia sobre o ensino superior, semelhante à que lograra impor em muitos países católicos” (DURHAM, 2003, p.6). Naquele momento, a Igreja reivindicava que o Estado “[...] atribuísse à Igreja a tarefa de organizar, com fundos públicos, a primeira universidade brasileira” (DURHAM, 2003, p.6). Em troca, a Igreja Católica oferecia o seu apoio ao governo de Vargas, que chegou ao poder através do golpe de Estado em 1930.

Mesmo com essa pressão, a Igreja Católica não conseguiu o que reivindicava, apenas algumas significativas concessões. Dentre elas, destaca-se a introdução do ensino religioso dentro das escolas públicas de ensino básico. Entretanto, foi acordado que esta disciplina seria ofertada de forma facultativa e não obrigatória. Além disso, a Igreja, embora não tenha conseguido a tutela de todas as Universidades, exerceu grande influência na criação da Universidade do Rio de Janeiro.

A Igreja Católica também não conseguiu do Estado o financiamento para as escolas confessionais como almejava. Dentre as questões que contribuíram para tal fato, Durham (2003) aponta a forte oposição as suas ideias por parte dos intelectuais liberais, que defendiam a existência de escolas públicas e leigas, não confessionais.

Sem o apoio financeiro do Estado “[...] as instituições confessionais, que haviam se multiplicado no período republicano, continuaram a constituir um setor do ensino privado” (DURHAM, 2003, p.06). As instituições confessionais representavam grande parte do setor privado no país,

Todo o setor privado, especialmente o confessional, já era bastante forte quando começa este período. Em 1933, quando se iniciam as primeiras estatísticas educacionais, os dados indicam que as instituições privadas respondiam por cerca de 44,0% das matrículas e por 60,0% dos estabelecimentos de ensino superior. (DURHAM, 2003, p.07).

Apesar da ampliação da oferta de cursos superiores, tanto no setor público

como no privado, devemos atentar que o acesso a esta esfera de ensino ainda era restrito. As vagas ofertadas na década de 1930 não alcançavam 34.000, mesmo somada as instituições públicas e privadas, uma vez que a população do Brasil superava os 30 milhões de habitantes. Além da pouca oferta de vagas no ensino superior público, devemos atentar que continuavam a ser frequentados por membros da elite da sociedade ou integrantes da classe média.

Saviani (2013) aponta que a educação superior pública no Brasil permanece, assim com as características de sua criação no século XIX, pensada pelo governo para servir à elite e aos interesses do próprio governo. De modo geral, o aumento da oferta deste nível de ensino ocorre pelo próprio crescimento da elite brasileira.

A reforma do ensino superior engendrada no governo Vargas, uniu aspectos conservadores e liberais em suas resoluções. A reforma, mesmo regulamentando o ensino superior no Brasil, privilegiando as instituições universitárias, não eliminou as escolas autônomas de ensino superior. Também foi mantida a liberdade da iniciativa privada, mesmo que sobre a supervisão do governo, além de assegurar através do art. 154 da Constituição de 1934 a isenção de impostos destas instituições, favorecendo assim o seu crescimento.

Além disso, a legislação era extremamente detalhista e dispunha sobre questões como indicação de professores, currículos e programas, duração dos cursos, sistema disciplinar, cobranças de taxas e pagamento de mensalidades pelos estudantes (DURHAM, 2003, p.6).

Para Durham (2003), a legislação detalhista da reforma educacional, marcava uma retomada a centralização da educação superior do Império, não mais através do monopólio da oferta dos cursos, mas através da burocracia, imposta pelo Estado a todas as instituições de nível superior.

O caráter conservador da Reforma do Ensino Superior fica muito claro quando se considera a organização das novas universidades. O modelo de universidade proposto consistia, em grande parte, numa confederação de escolas que preservaram muito de sua autonomia anterior. De fato, muitas universidades foram criadas simplesmente reunindo estabelecimentos pré-existentes. Os cursos eram estritamente separados, organizados em função de diferentes carreiras, cada uma das quais sob a responsabilidade de uma faculdade, que, inclusive, decidia sobre o ingresso dos alunos para aquela carreira. (DURHAM, 2003, p.07).

Mesmo com essas limitações e conservadorismos, Sampaio (1991) enfatiza

que:

[...] as faculdades tiveram um papel importante, contribuindo para alargar o horizonte intelectual da formação universitária e ampliar o acesso ao ensino superior. Além disso, através de seu aproveitamento para a formação de professores dos ginásios e escolas normais, estabeleceu um vínculo entre os diferentes níveis do ensino público, num quadro de transformação de todo o sistema educacional. Essas novas oportunidades de acesso ao ensino superior e de carreira no magistério ajudaram a criar uma demanda que foi amplamente explorada pelas novas classes médias urbanas em formação. Por isso e apesar de tudo, a universidade da década de 30 representa uma democratização, ainda que relativa, do ensino superior brasileiro (p.13).

O crescimento da oferta do ensino superior público ocorreu muito lentamente durante a Era Vargas, especialmente no que concerne à Universidade. Em 1945, apenas 3 universidades públicas haviam sido criadas. A respeito da oferta do ensino superior público em geral, pouco mais de 21 mil vagas eram oferecidas por ano, enquanto as instituições privadas de ensino ofereciam quase 20 mil vagas.

### **1945-1964: A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Durante os anos 1945-1964, aponta Sampaio (2000), houve um crescimento do ensino superior público até a década de 1960, mesmo que de forma tímida, sendo criadas 28 universidades públicas e particulares, estas em sua maioria confessional católica e presbiteriana. Momento, também, em que se começou a formar as redes de universidade federais, a exemplo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a primeira instituição católica, “[...] expansão do sistema universitário estadual paulista e o surgimento de instituições estaduais e municipais de ensino de menor porte em todas as regiões do país” (p.71).

Destaca-se a atuação do movimento estudantil, que reivindicava através da União Nacional dos Estudantes (UNE) que ocorresse uma reforma profunda em todo o sistema educacional. O seu objetivo era romper com o conservadorismo presente no sistema desde o governo Vargas:

[...] o que se pretendia era a ampliação das vagas nas universidades públicas e gratuitas, que associassem o ensino à pesquisa, com foco no desenvolvimento do país, aliado às classes populares na luta contra a desigualdade social no ensino superior. (SANTOS e CERQUEIRA,2009, p.05).

Santos e Cerqueira (2009) afirma que uma das principais pautas do movimento consistia na “[...] substituição de todo o setor privado” (p. 5). Entretanto, “[...] admitiam a manutenção das PUC, do Rio de Janeiro e de São Paulo, a partir do direcionamento da Igreja Católica para as causas sociais, com base nas teorias da Teologia da Libertação” (p.05). Esta posição acerca das instituições de ensino dirigidas pela Igreja Católica fez com que a mesma apoiasse o movimento estudantil em suas reivindicações através da juventude católica.

Mesmo com o apoio da Igreja Católica, Santos e Cerqueira (2009) ressaltam que as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) votada em 1961:

atendeu aos anseios dos setores privatistas e conservadores, o que acabou por legitimar e ampliar o sistema existente. A LDB se preocupou basicamente em estabelecer mecanismos de controle da expansão do ensino superior e do conteúdo a ser trabalho (p. 05).

A respeito do acesso à educação superior naquele período, podemos ver na tabela 1 o crescimento das matrículas em estabelecimentos públicos e privados:

Tabela 1 - Crescimento das Matrículas em Estabelecimentos Públicos e Privados - Brasil 1940-1960

<b>Ano</b>	<b>Total de Matrículas</b>	<b>% de Crescimento</b>	<b>Matrículas em Instituições Privadas</b>	<b>% das matrículas Privadas sobre Total</b>
1940	27.671		--	--
1950	48.999		-- 26.905	-- 41,6
1954	64.645	--	30.755	42,3
1955	72.652	--	38.362	48,8
1956	78.659	-- 12	38.051	47,9
1957	79.505	8 1 6 4 7	37.570	44,5
1958	84.481		38.562	44,0
1959	87.603		41.287	44,3
1960	93.202			

Fonte: Levy, 1986.

Observando a tabela acima podemos notar o crescimento da oferta do ensino superior, passando de 27.671 matrículas em 1940 a mais de 93.000 em 1960. Isto significa um aumento de mais de 300%, sendo que as matrículas em instituições

privadas tiveram grande contribuição para o alcance dos números, chegando a quase dobrar durante os anos de 1954 e 1960, ou seja, em 6 anos. Entretanto o aumento significativo da oferta obedeceu em grande medida ao próprio aumento populacional brasileiro que “[...] nesse mesmo período cresceu de 41.2 para 70.1 milhões” (SAMPAIO, 1991, p.14). Assim:

O aumento de matrículas no terceiro grau não significa que houve uma expansão intencional do sistema; o que estava ocorrendo nesse período era antes um ajustamento entre a demanda crescente dos setores médios, produto do processo de desenvolvimento urbano-industrial, em um modelo de ensino superior que, longe de ser único, estava processando sua própria diversidade. Nessa lógica, é menos importante o quanto cresceu, mas o modo como se dava esse crescimento, através da sobreposição de modelos — o da formação para profissões tradicionais e o de pesquisa dos anos 30 — e da diferenciação institucional, sobretudo se considerarmos o tipo de dependência administrativa dos estabelecimentos (públicos, estaduais e federais e privados, laicos e religiosos) que estavam sendo criados. (SAMPAIO, 1991, p.14).

Foi durante os anos 1945-1964, também, que pela primeira vez foram ofertados cursos superiores noturnos no Brasil:

Os cursos noturnos criaram uma nova demanda na medida em que possibilitaram o acesso ao ensino superior do grande contingente de antigos egressos do ensino médio já integrados no mercado de trabalho e para os quais o aumento do nível de escolaridade continha a promessa de ascensão ocupacional. O fato de o ensino privado noturno fazer poucas exigências em termos de rendimento escolar, facilitou o ingresso dessa população (DURHAM, 2003, p.23).

As instituições privadas foram as que mais acolheram este público:

[...] em 1986 76,5% das matrículas no setor privado ocorria em cursos noturnos. Nas Universidades Federais, por outro lado, o percentual era de apenas 16,0%. E não deixa de ser interessante notar que exatamente nestas universidades onde o discurso exaltava a democracia e o compromisso com as classes populares, a resistência à criação de cursos noturnos foi muito grande. A exceção, entre as universidades públicas, foi a Universidade de São Paulo, que havia introduzido cursos noturnos já em 1952, muito antes, portanto, dos grandes movimentos em favor da democratização do acesso ao ensino superior. Nos estabelecimentos federais a ampliação dos cursos noturnos se deu lentamente e em 1999, atingiu apenas 21,4% dos alunos. (DURHAM, 2003, p.23).

A oferta de cursos superiores noturnos é um grande marco no que concerne à acessibilidade a este nível de ensino. Até então, as pessoas que trabalhavam

durante o dia não tinham acesso à educação superior, que comumente era ofertado em período diurno, o que ocasionava a exclusão de boa parte da população brasileira. O público beneficiado com a oferta noturna era, em grande parte, formado por jovens que não tinham condições financeiras para se manterem financeiramente fora do mercado de trabalho. Tal abertura rompeu em parte com o monopólio de uma elite econômica, social e política sobre a Educação Superior no Brasil, na medida em que se facilitou o caminho para que a classe trabalhadora frequentar as universidades.

A Universidade de São Paulo, uma das primeiras instituições públicas no país a ofertar cursos noturnos, vai contribuir em grande medida para a criação de uma nova elite intelectual brasileira, egressa das classes médias e baixas, sendo que muitos de seus jovens vão se engendrar na luta pela democratização do ensino superior público no Brasil.

O fato das instituições privadas não tardarem a abrirem cursos noturnos está diretamente relacionado à própria demanda existente no país. O que se torna preocupante a este respeito é a falta de compromisso com a qualidade do ensino no interior de muitas dessas instituições, muitas delas preocupadas apenas com a lucratividade que o mercado educacional pode lhes proporcionar, gerando grandes consequências para o ensino superior brasileiro.

## **O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL DURANTE O REGIME MILITAR**

O período compreendido entre os anos de 1964-1985, caracterizado pela repressão ao movimento estudantil e a todos aqueles que o governo considerava uma ameaça ao regime, o que incluía vários professores universitários, sendo que muitos professores efetivos chegaram a ser aposentados compulsoriamente, promoveu uma reforma no ensino superior na década de 1960.

Durante o Regime Militar os cursos superiores, tanto privados quanto públicos, tiveram suas matrículas ampliadas, mesmo que restritas aos cursos tradicionais. Tal ampliação ocorreu graças à grande demanda oriunda das classes médias, enriquecidas pelo chamado “milagre econômico” promovido pelos militares:

O aumento da demanda por ensino superior está associado ao crescimento das camadas médias e às novas oportunidades de trabalho no setor mais moderno da economia e da tecnoburocracia estatal. O setor público não se

preparou para esse momento do ensino superior. Já o setor privado foi capaz de absorvê-lo, porque se concentrou na oferta de cursos de baixo custo e no estabelecimento de exigências acadêmicas menores, tanto para o ingresso como para o prosseguimento dos estudos até a graduação (DURHAN, 2003, p.18).

Podemos observar na tabela 2 o quanto as instituições privadas de ensino superior tiraram proveito deste momento para se expandir exponencialmente, chegando a representar em 1980 64,3% de toda a oferta deste nível de ensino no Brasil.

Tabela 2 – Evolução das matrículas em estabelecimentos públicos e privados no Ensino Superior brasileiro 1933-2001

Ano	PUBLICAS		PRIVADAS		TOTAL
	Número	%	Número	%	Número
1933	18.986	56,3	14.737	43,7	33.723
1945	21.307	52,0	19.968	48,0	40.975
1960	59.624	56,0	42.067	44,0	95.691
1965	182.696	56,2	142.386	43,8	352.096
1970	210.613	49,5	214.865	50,5	425.478
1980	492.232	35,7	885.054	64,3	1.377.286
1990	578.625	37,6	961.455	62,4	1.540.080
1995	700.540	39,8	1.059.163	60,2	1.759.703
2000	887.026	32,9	1.807.219	67,1	2.694.245
2001	939.225	31,0	2.091.529	69,0	3.039.754

**Fonte:** Estatísticas do Ensino Superior, MEC.

Nesse período “[...] o sistema privado dividiu-se internamente entre um segmento comunitário ou confessional não lucrativo, que se assemelhava ao setor público e, outro, empresarial” (DURHAM, 2003, p.19). Este último se caracteriza por considerar a educação um grande e vantajoso negócio e por este motivo “[...] não tinham nenhum comprometimento com a educação e viam na necessidade imediata, por parte de um grande percentual da sociedade, da obtenção de um diploma a oportunidade de ganhar muito dinheiro” (SANTOS e CERQUEIRA, 2009, p. 06).

Essas instituições, em sua maioria, caracterizavam-se pela ausência de incentivo à pesquisa e pela falta de preocupação com a qualidade do ensino ofertado por elas, visando apenas o seu lucro. O negócio teve a sua maior expressão nas

regiões mais ricas do Brasil, como o Sudeste, por exemplo. “Nas regiões mais pobres, como Norte e Nordeste, o investimento privado foi pequeno e o atendimento da demanda continuou dependente do ensino público e, especialmente, das universidades federais” (DURHAM, 2003, p.20).

Devemos destacar que, embora guarde os seus problemas, “[...] o ensino público responde mais de perto a interesses sociais e se distribui de forma mais equitativa no conjunto do país” (DURHAM, 2003, p. 20). Além de manter um determinado nível de qualidade e incentivo à pesquisa, requisitos determinados pelo Estado, que o ensino empresarial superior não comportava.

### **A AMPLIAÇÃO DA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA NO BRASIL E A LDB DE 1996(1985- 1996)**

A ampliação da oferta de cursos superiores pelo setor privado não se restringiu àquele período, “[...] entre 1985 e 1990, aumenta em 145% o número de instituições privadas, passando de 20 para 49” (SANTOS e CERQUEIRA, 2009, p. 07). Isto ocorre em um momento complicado de redemocratização, quando o Brasil ainda se recuperava de uma crise econômica causada pelo Governo Militar.

Durante a década de 1980 não há grandes transformações no que concerne à educação superior no Brasil, o que prevalece é um continuísmo do que foi herdado da Ditadura Militar. Entretanto, na primeira metade da década seguinte, o Governo Collor implantou no Brasil uma política neoliberal, que pregava o *Estado Mínimo* e estimulava as privatizações dos serviços públicos, inclusive na educação, visando reduzir os gastos públicos, existindo um distanciamento do Estado para com a educação.

Foi no ano de 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso que a atual LDB (BRASIL, 1996) foi criada. A nova lei trouxe importantes mudanças a respeito do ensino superior no Brasil:

Em primeiro lugar, definiu claramente a posição das universidades no sistema de ensino superior, exigindo a associação entre ensino e pesquisa, com produção científica comprovada como condição necessária para o seu credenciamento e recredenciamento. (...) Além do mais, a lei passou a exigir das universidades condições mínimas de qualificação do corpo docente e de regime de trabalho sem as quais a pesquisa não poderia se implantar: um mínimo de um terço do quadro docente constituído por mestres e doutores e de um terço de docentes em tempo integral (DURHAM, 2003, p.33).

Durham (2003) aponta como a questão enfrentou forte oposição daqueles que defendiam os interesses das instituições privadas, que até ali não tinham nenhuma obrigação com a pesquisa ou mesmo compromisso com a qualificação do corpo docente. Na perspectiva da autora, “[...] embora aparentemente burocráticas, estas disposições legais estabeleceram critérios muito objetivos que, por isso mesmo, alteraram substantivamente o processo de criação de universidades” (DURHAM, 2003, p.33).

Outra inovação importantíssima foi a exigência de credenciamento periódico das instituições de ensino superior, precedidas de um processo de avaliação. Com isso tornou-se possível corrigir as distorções e as deficiências do sistema existente, ameaçando a situação das universidades que não passavam de grandes unidades de ensino, as quais não mais estavam imunes a um controle periódico por parte do poder público. (DURHAM, 2003, p.33).

A legislação teve um grande impacto no setor privado, pois as instituições de ensino superior públicas já vinham se adequando a tais exigências de qualidade, incentivo à pesquisa e qualificação no corpo docente, mesmo que com uma série de dificuldades e limitações. Porém, no setor privado as novas exigências da LDB trouxeram receio “[...] especialmente no caso das universidades as quais foram ameaçadas de perder a autonomia ou serem credenciadas em outras categorias, tendo seu status diminuído” (DURHAM, 2003, p.36).

A autora aponta que as instituições a partir de 1996, “[...] iniciaram, portanto, uma série de mudanças internas para atender, ao menor custo possível, às exigências da lei” (p.36). Em sua maioria, entretanto, não investiram o suficiente para atender aos requisitos necessários para contemplar as exigências legais, e muitos “subterfúgios” foram utilizados para burlar as punições previstas sem que de fato as instituições fossem transformadas.

A respeito da oferta do ensino superior pelo setor público Durham (2003) aponta que existiram importantes omissões no que concerne às políticas educacionais “[...] que afetaram de modo particular o sistema público de ensino superior, no qual não foram solucionados os problemas estruturais que entravavam o seu funcionamento e a sua expansão” (p.38). Dentre elas se destacam a falta de medidas para atender à demanda crescente de egressos do ensino médio, vindos das escolas

públicas, cuja a formação era insuficiente para conseguir alcançar êxito nas provas dos vestibulares necessários para o seu ingresso no ensino superior.

Os Governos, tanto o Federal quanto parte dos Estaduais, continuaram a concentrar seus recursos na oferta de ensino gratuito em universidades e a aumentar os estímulos para a pesquisa e a formação em nível de pós-graduação. Não houve uma diversificação dos tipos de estabelecimentos nem dos programas de ensino de forma a atender às necessidades de uma demanda heterogênea. Também não houve uma iniciativa de criar, com recursos públicos, uma universidade aberta, que oferecesse ensino à distância ou semipresencial de qualidade (DURHAM, 2003, p. 38).

Dessa forma, a universidade pública no Brasil manteve o seu caráter elitista ao impedir que os estudantes de ensino básico público tivessem acesso, com seus vestibulares excludentes, que não condiziam com o nível de ensino oferecido nas escolas públicas. Isto revela uma grande contradição brasileira: o fato dos filhos da elite formados nas escolas particulares de excelência ocuparem as poucas vagas ofertadas pelo ensino público superior, enquanto os mais pobres se tornam obrigados a dependerem do sistema privado e dos seus cursos voltados à massa da população, com qualidade duvidosa e tecnicista.

Na década de 90, de acordo com o sociólogo Schwartzman (2002), o número de estudantes universitários cresceu 76% em relação à década anterior. Entretanto, o aumento se deveu principalmente ao ingresso de estudantes pertencentes às camadas mais ricas da população brasileira, enquanto a porcentagem do ingresso dos mais pobres ao ensino superior decaiu neste período. “Verifica-se, portanto, que a expansão ocorrida na última década, sobretudo por meio do setor privado, não tem aumentado a participação dos mais pobres no sistema” (OLIVEIRA; CATANI; HEY; AZEVEDO, 2008, p. 82).

Assim, o aumento da oferta de vagas que podemos observar na tabela 2 não está diretamente ligada a uma efetiva democratização do ensino superior no Brasil, principalmente no que diz respeito ao acesso à educação superior para as camadas populares, o que ocorre, pelo menos até a década de 90, é uma seletividade social de uma Educação superior pública que exclui a maior parte da população, seja pelo processo seletivo, seja pela pouca oferta de vagas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos debruçarmos sobre a história da educação superior brasileira, desde a sua criação até o final do século XX, podemos obter algumas conclusões, dentre elas o caráter profundamente elitista, que fica evidente se atentarmos para o momento em que os cursos superiores foram criados, bem como os motivos para a sua criação.

A ausência de políticas educacionais que visassem o ingresso, sobretudo das camadas populares, no ensino Superior público, demonstra o desinteresse por parte dos diversos governantes que estiveram à frente do Brasil durante os séculos XIX e XX em democratizar este nível de ensino, corroborando para que a educação superior mantenha o já mencionado caráter elitista e excludente.

A ampliação da oferta de ensino superior não pode ser desconsiderada. É fato que muitas lutas já foram travadas visando à expansão e à acessibilidade democrática ao ensino superior, a exemplo da luta pela oferta do ensino superior noturno. Porém, são necessárias muitas outras para que de fato haja uma efetiva democratização da oferta da Educação superior brasileira. A respeito da oferta de nível superior privado, fica claro que devem existir políticas de fiscalização mais eficientes, visando à melhoria da qualidade destes centros de ensino.

Durante o século XXI, as políticas compensatórias de cotas sociais e raciais, que admitiam que os negros e índios, por exemplo, e os estudantes de escolas públicas não tinham condições de competir em igualdade nas seleções que visavam o ingresso no ensino superior, tiveram de fato um efeito muito positivo na inclusão destes indivíduos dentro das Universidades, até mesmo em cursos antes totalmente dominados pelas elites econômicas do nosso país, como por exemplo, os cursos de Medicina das Universidades Estaduais e Federais, centros de excelência, que antes das cotas eram monopolizados pela elite. As cotas, assim, mudaram o cenário brasileiro, e demonstraram que políticas educacionais eficientes podem de fato democratizar o acesso ao ensino superior.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

DURHAM, Eunice R. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo - USP, 2003.

Ministério da educação. **“Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade”**. câmara de educação superior projeto CNE/UNESCO 914BRZ1136.3, 2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. IN Educação Superior no Brasil –10 Anos Pós-LDB. Orgs. Mariluce Bittar, João Ferreira de Oliveira, Marília Morosini. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)/ Grupo de Trabalho Políticas de Educação Superior** Brasília-DF Inep, 2008.

PERES, Tirsia Regazzini. **Educação Brasileira no império** In: Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p. 29-47.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo - USP, 1991.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de. **ENSINO SUPERIOR: trajetória histórica e políticas recentes**. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

VIEIRA, Sofia Lerche. **A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto**. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 88, n. 219, maio/ago. 2007. p. 291-309